

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

PROJETO DE RESOLUÇÃO 001/2025

“Dispõe sobre a conversão do auxílio-alimentação em auxílio-saúde mediante a criação do mesmo, beneficiando os servidores ativos da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Nacional e seus Agentes Políticos e dá outras providências”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, nos usos das atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa,

Faço saber que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

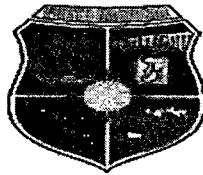
Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder auxílio saúde, de caráter indenizatório, aos servidores ativos, titulares de cargo de provimento efetivo e em comissão do Poder Legislativo do Município de Porto Nacional e seus Agentes Políticos, que será prestado na forma de auxílio financeiro mensal, sendo certo que, esse benefício, substituirá o auxílio-alimentação.

§1º A percepção do auxílio-saúde pressupõe que seu beneficiário não esteja afastado de suas funções institucionais;

§2º Para fins do pagamento do auxílio-saúde considerar-se-á o mês com 22 dias úteis, em função dos quais será calculada “pro rata” a quantia a ser auferida.

§3º As hipóteses de recebimento do auxílio-saúde, bem como, seus limites e cessações, regulamentadas no presente normativo, se estendem-se aos servidores comissionados e contratados, ante o princípio constitucional da equidade.

Parágrafo Único. Os valores referentes ao auxílio saúde serão pagos em moeda corrente nacional, diretamente na folha de pagamento, sem a ocorrência de vinculação aos vencimentos, no valor mensal de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

Art. 2º O pagamento do benefício de que trata o artigo retroagirá seus efeitos a partir de 1º de março de 2025.

Art. 3º O auxílio-saúde, conforme orientação do Tribunal de Contas do Tocantins, possui natureza indenizatória, portanto:

- I- não integra a base de cálculo para incidência de contribuição previdenciária;
- II- não é considerado rendimento tributável;
- III- não se incorpora ao subsídio, proventos ou à pensão, bem como, não é computado para efeito do cálculo de gratificação natalina e outras vantagens.

Parágrafo único: O auxílio-saúde será pago quando das férias dos beneficiários descrito no artigo 1º, não sendo o mesmo incorporado ao abono pecuniário no cálculo do terço constitucional.

Art. 4º Não será pago o auxílio-saúde descrito no art. 1º, aos beneficiários que estejam:

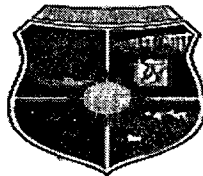
- I- em afastamento não remunerado;
- II- afastados de suas funções institucionais por decisão proferida em processo administrativo disciplinar ou em processo judicial;
- III- recebimento de vantagem semelhante, cuja informação fora omitida pelo beneficiário.

Parágrafo Único. Os servidores e agentes políticos que receberem auxílio saúde indevidamente e estiverem enquadrados nos casos descritos neste artigo, além do ressarcimento integral, através de desconto em folha de pagamento, estarão sujeitos às sanções administrativas cabíveis.

Art. 5º A atualização do valor mensal do auxílio-saúde será feita anualmente por ato próprio do Presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional, mediante aprovação do plenário desta Casa.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data da publicação, retroagindo efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2025, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para tanto.

Art. 7º Fica revogada a Resolução 001/2014 e todas as alterações derivadas desta.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Casa.

Parágrafo único: No cumprimento desta resolução, esta Câmara Municipal observará a legislação interna do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins referente ao pagamento de benefícios aos conselheiros, auditores, procuradores e servidores.

**GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO NACIONAL**, aos 19 de março de 2025.


**VEREADOR SILVANEY RABELO
PRESIDENTE DA CÂMARA**


**VEREADORA NASSA SILVA
VICE-PRESIDENTE**


**VEREADOR GEOVANE DOS SANTOS
1º SECRETÁRIO**


**VEREADORA FLAVIANE WINDLIN
1ª SECRETÁRIA**

Apresentado em
Data: 19/03/25

**APROVADO EM
VOTAÇÃO ÚNICA**
DATA: 20/03/25

